

Representação para DF sai até maio

Comissão interpartidária inclui emenda entre prioridades

AUTONOMIA POLITICA

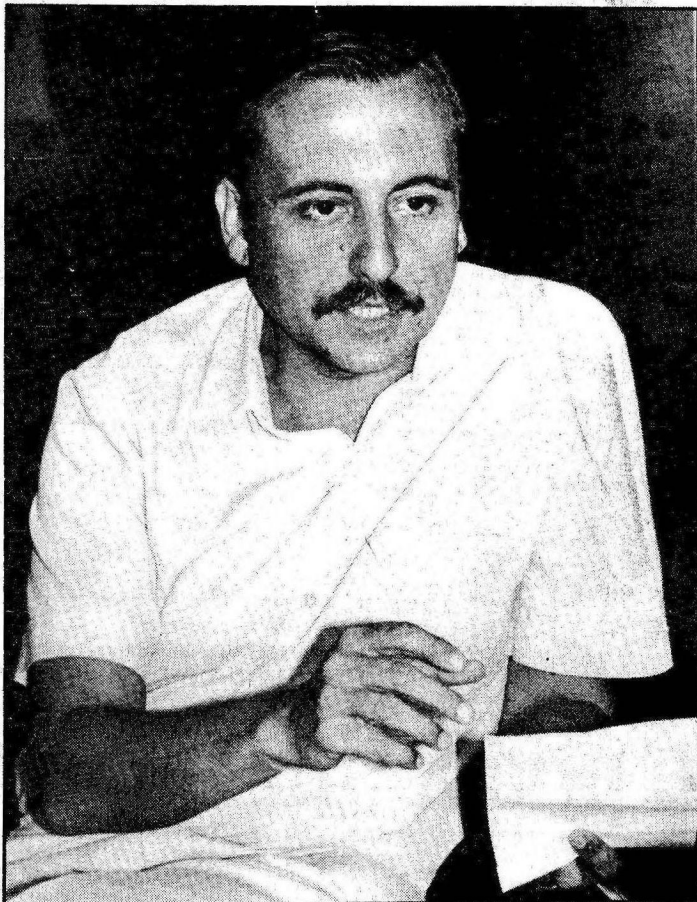
Taguatinga quer ir para o governo

O líder empresarial de Taguatinga, Benedito Augusto Domingos, lançou ontem uma campanha pública pelo reconhecimento da importância política e social das cidades-satélites, pedindo, inclusive, uma posição de destaque para elas no secretariado a ser formado pelo próximo Governador do Distrito Federal. Este posicionamento, segundo o ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga, já é consensual entre todas as lideranças das satélites.

Partindo do princípio de que Tancredo Neves montou todo o seu primeiro escalão com base no critério da maior representatividade possível de toda a federação, Benedito Domingos frisou que esta lógica precisa ser adotada também em Brasília, uma vez que as cidades-satélites representariam hoje mais de 70 por cento da população candanga. "As cidades-satélites - acentua o empresário - possui um estoque de inteligência e de grandes nomes capacitados para ocupar quaisquer cargo no primeiro escalão e também no GDF".

Entre as secretarias reivindicadas para as cidades-satélites, Benedito Domingos aponta 3 delas: Viação e Obras, Serviço Social e Serviços Públicos.

CECE



Deputado João Gilberto, relator da representação para o DF

ALMIRO PENNA da Editoria Política

Quem tirou seu título de eleitor na Capital Federal pode tratar de pôr em dia sua situação eleitoral, pois a representação política do Distrito Federal nunca esteve tão perto de ser aprovada pelo Congresso Nacional. Projeto de emenda constitucional nesse sentido poderá ser votado pelo Legislativo até maio deste ano, e Brasília poderá eleger, já nas eleições gerais de 1986, tres senadores e oito ou mais deputados.

Esta é a previsão que o relator da Comissão Interpartidária do Congresso que estuda profundas e urgentes reformas na Constituição, deputado João Gilberto (PMDB-RS), fez ontem para os destinos políticos de Brasília. Segundo o parlamentar, embora a regulamentação final sobre a representação política do DF, tais como a eleição do governador e criação de assembleias legislativas, deverá ficar para mais tarde, é intenção do Congresso Nacional dar uma representatividade política à Capital Federal, o mais breve possível.

Dá mesma forma, o sub-relator que apresentará o parecer sobre a criação da representação política para Brasília na Comissão, deputado Flávio Marcílio, disse que nada tem a

opor à matéria, pois entende que "o pleito é justo". Marcílio afirmou contudo, que está analisando a proposta, e apresentará suas conclusões na próxima reunião da Comissão Interpartidária, e que não pretende adiantar qualquer decisão de sua parte. Mas ressaltou que "o povo de Brasília pode esperar que terá sua representação".

O voto para o Distrito Federal eleger seus representantes fará parte de um conjunto de alterações que serão feitas no atual texto constitucional, de comum acordo com todos os partidos representados no Congresso Nacional. Nesse sentido, o deputado João Gilberto explicou que pela consultas que tem realizado junto aos parlamentares das duas Casas do Legislativo, o voto para o analfabeto e a criação da representação política para Brasília são os dois assuntos que mais se destacam pela quase unanimidade de apoio dos congressistas à essas iniciativas.

O relator ressaltou também ser inadmissível que Brasília fique sem seus representantes na Assembleia Nacional Constituinte que deverá ser convocada para elaborar uma Constituição atualizada e duradoura em 1987. "Ninguém poderá melhor defender os pleitos e reivindicações da Capital do que seus legítimos representantes. Somente eles sabem dos problemas da cidade", frisou João Gilberto.